

Avança projeto que prevê pensão a órfãos de vítimas de feminicídio

Benefício de R\$ 1.804 será destinado a famílias com renda mensal de até dois mínimos

Os parlamentares da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo analisaram uma pauta extensa, com 92 itens. Ao final da reunião, 83 projetos foram aprovados e seguem em tramitação na Casa, enquanto outros 9 receberam pedido de vista.

Entre as propostas aprovadas, destaca-se o Projeto de Lei 470/2024, que prevê o pagamento de pensão a crianças e adolescentes órfãos em decorrência do crime de feminicídio. O benefício será destinado a famílias com renda mensal conjunta de até dois salários mínimos. O texto estabelece ainda o valor de R\$ 1.804, equivalente ao salário mínimo paulista, para filhos e dependentes menores de 18 anos, desde que residam no estado de São Paulo e estejam matriculados na rede estadual de ensino.

Autor da proposta, o deputado Rui Alves (Republicanos) ressaltou a importância da medida.

Outro projeto aprovado foi o PL 1159/2025, de autoria da deputada Beth Sahn (PT), que torna obrigatória a veiculação de campanhas de conscientização nos transportes coletivos contra a adultização, a exploração sexual de crianças e adolescentes e o trabalho infantil. Segundo o texto, essas práticas configuram formas graves de violência, com impactos diretos no desenvolvimento



Rodrigo Romeo/Alesp

83 projetos foram aprovados e seguem em tramitação na Casa; 9 receberam pedido de vista.

físico, emocional e psicológico de jovens.

Também recebeu aval o Projeto de Lei 1286/2023, que institui um programa de educação e capacitação de profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) para a prescrição e o uso medicinal da cannabis. De acordo com o autor, deputado Caio França (PSB), a proposta responde ao aumento do número de pacientes com doenças e síndromes raras que têm se beneficiado desse tipo de tratamento.

Outras aprovações

Outras propostas aprovadas abrangem áreas como esporte, proteção animal, segurança pública e mobilidade urbana. O deputado Ortiz Junior (Republicanos) celebrou o avanço do PL 1342/2025, que autoriza a criação das Escolas de Atletas e formação integral. A iniciativa busca conciliar o ensino regular com a prática esportiva, voltada à formação de jovens para o alto rendimento, com vagas destinadas a estudantes selecionados conforme aptidão e interesse.

Na área de proteção animal, foi aprovado o PL 884/2024, do deputado Ricardo França (Podemos), que cria o Cadastro Estadual de Pessoas Condenadas por maus-tratos aos animais. A proposta tem como objetivo ampliar mecanismos de controle e prevenção, além de contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas ao bem-estar animal no estado.

Já o PL 837/2025, de autoria da deputada Paula da Bancada Feminista (Psol) e do deputado Marcio Nakashima (PSD),

institui o Programa Estadual de Prevenção ao Crime de Pedofilia Cibernética. A iniciativa prevê ações educativas, campanhas de conscientização e o fortalecimento de estratégias de enfrentamento a crimes praticados no ambiente digital.

Em mobilidade, o PL 979/2025, do deputado Felipe Franco (União), estabelece normas complementares de segurança para ciclistas em rodovias e vias sob gestão estadual. A proposta inclui diretrizes para Centros de Formação de Condutores e prevê campanhas permanentes de educação no trânsito com foco na mobilidade ciclística. Na justificativa, o parlamentar destaca a necessidade de ampliar a proteção aos ciclistas, diante do crescimento do uso da bicicleta como meio de transporte, sem que haja políticas públicas proporcionais para garantir sua segurança.

Além disso, os parlamentares também discutiram a importância de integrar diferentes áreas de políticas públicas para garantir maior efetividade às propostas aprovadas, especialmente aquelas voltadas à proteção de grupos vulneráveis. O avanço dos projetos na CCJR é considerado uma etapa essencial para assegurar a constitucionalidade e a legalidade das matérias. Após a aprovação, os projetos seguem para análise nas comissões temáticas da Alesp.

SP tem queda de 7,6% nas mortes no trânsito em 2026

Divulgação/Governo de SP

O Estado de São Paulo registrou queda de 7,6% nas mortes no trânsito no primeiro trimestre deste ano, segundo o InfoSiga, plataforma do Detran-SP. De janeiro a março, foram 1.330 óbitos, ante 1.439 no mesmo período de 2025. Também houve redução de 3,2% nos sinistros com vítimas não fatais (23.150 contra 23.917), mantendo a tendência de desaceleração nos indicadores de segurança viária no estado.

Entre os modais, a maior queda foi entre ciclistas: 66 mortes, ante 96 (-31,3%). Entre ocupantes de automóveis, a redução foi de 9,7% (261 contra 289). As mortes de motociclistas caíram 5,3% (594 ante 627), grupo que ainda concentra a maior parte dos óbitos no período analisado.

A tendência também aparece nas regiões. Na de Campinas,



Entre os ocupantes de automóveis, houve redução de 9,7%

houve 23,5% menos mortes e 2,8% menos sinistros com vítimas. Em Sorocaba, a queda foi de 16,5% nos óbitos. No Vale do Paraíba, a redução foi de 23,1% nas mortes e 14,4% nos sinistros, indicando melhora consistente nos principais eixos rodoviários.

São José do Rio Preto teve queda de 14,3% nos óbitos e 26% nos sinistros. Em Bauru, as mortes caíram 14,3%. Já em Ribeirão Preto, a redução foi de 26% nas mortes e 29,6% nos sinistros, reforçando o cenário de queda no interior.

Nove praias estão impróprias para banho

Nove praias do litoral de São Paulo estão impróprias para banho, segundo relatório da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), divulgado nesta semana, às vésperas do Tiradentes. A data, celebrada em uma terça-feira neste ano, abre a possibilidade de emendar o descanso e deve aumentar o fluxo de turistas nas cidades litorâneas.

A lista de pontos inadequados inclui praias em diferentes regiões do estado. Em Ubatuba, estão impróprias Lázaro, Rio Itamambuca e Itaguá. Em Ilhabela, Viana e Barreiros Sul aparecem no levantamento. Já em São Sebastião, a praia de São Francisco foi classificada como inadequada. No Guarujá, o alerta é para a praia do Perequê, enquanto em São Vicente as condições são desfavoráveis em Gonzaguinha e Prainha.

A classificação de balneabilidade é feita com base na presença de bactérias na água, especialmente indicadores de contaminação por esgoto. O monitoramento tem como objetivo orientar os banhistas sobre as condições de uso das praias e prevenir problemas de saúde.

Os dados são atualizados semanalmente pela Cetesb, que reforça a recomendação de evitar o banho de mar em locais sinalizados como impróprios. A exposição à água contaminada pode causar doenças como infecções gastrointestinais, de pele, olhos e ouvidos.

Com a expectativa de aumento no movimento, a orientação é que os turistas consultem os boletins mais recentes antes de escolher o destino e priorizem praias com condições adequadas para banho.